

GOVERNADOR
Wilson José WitzelVICE-GOVERNADOR
Cláudio Bomfim de Castro e Silva

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
*André Luís Dantas Ferreira*SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS*Cleiton de Souza Rodrigues*SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
*Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho*SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS*Lucas Tristão*SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
*Bruno Kazuhiro Otsuka Nunes*SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
Gen. PM Rogério Figueredo de LaerdaSECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL
Delegado Marcus Vinicius BragaSECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Cel. PM Alexandre Azevedo de JesusSECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
Gen. BM Roberto Robadey Costa JuniorSECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
*Edmar Santos*SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
*Pedro Henrique Fernandes da Silva*SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
*Leonardo Rodrigues*SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
*Delmo Manoel Pinho*SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
*Alíneu Cortes Freitas Coutinho*SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA
E ABASTECIMENTO*Marcelo Andre Cid Heraclito do Porto Queiroz*SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
*Danielle Christian Ribeiro Barros*SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS*Fernanda Titonel de Souza*SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
*Felipe Bornier*SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO
*Otávio Leite*SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
*Juarez Fialho*CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
*Hormindo Bicudo Neto*GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO
*José Luiz Corrêa da Silva*SECRETARIA DE ESTADO DE VITIMADOS
*Pricilla Azevedo Barletta*SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA
*Jorge Gonçalves da Silva*SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO
EM BRASÍLIA*André Luís Dantas Ferreira*PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
*Marcelo Lopes da Silva*GOVERNO DO ESTADO
www.rj.gov.br

SUMÁRIO

Atos do Poder Legislativo.....	
Atos do Poder Executivo.....	1
Gabinete do Governador.....	
Governadoria do Estado.....	
Gabinete do Vice-Governador.....	
Vice-Governadoria do Estado.....	

ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)

Casa Civil e Governança.....	
Governo e Relações Institucionais.....	
Fazenda.....	
Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais.....	
Infraestrutura e Obras.....	
Polícia Militar.....	
Polícia Civil.....	
Administração Penitenciária.....	
Defesa Civil.....	
Saúde.....	
Educação.....	
Ciência, Tecnologia e Inovação.....	
Transportes.....	
Ambiente e Sustentabilidade.....	
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento.....	
Cultura e Economia Criativa.....	
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.....	
Esporte, Lazer e Juventude.....	
Turismo.....	
Cidades.....	
Controladoria Geral do Estado.....	
Gabinete de Segurança Institucional do Governo.....	
Vitimados.....	
Trabalho e Renda.....	
Secretaria Extraordinária de Representação do Governo em Brasília.....	
Procuradoria Geral do Estado.....	

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO.....	
REPARTIÇÕES FEDERAIS.....	

AVISO: O Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro

Parte I - Poder Executivo

circula hoje em um só caderno

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 46.970 DE 13 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE SOBRE MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE
PREVENÇÃO AO CONTÁGIO E DE ENFRENTA-
TAMENTO DA PROPAGAÇÃO DECORRENTE
DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), DO
REGIME DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚ-
BLICO E CONTRATADO, E DÁ OUTRAS PRO-
VIDÊNCIAS.**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de
suas atribuições constitucionais e legais,
CONSIDERANDO:- que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido me-
diante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de
doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às
ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na for-
ma do artigo 196 da Constituição da República;- as diretrizes de atendimento integral, universal e igualitário no SUS,
que compreendem as ações de proteção e recuperação de saúde indi-
vidual e coletiva, conforme o artigo 289, inciso IV, da Constituição do
Estado do Rio de Janeiro;- o Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a
Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacio-
nal - ESPIN e a Declaração de Emergência em Saúde Pública de
Importância Internacional OMS em 30 de janeiro de 2020;- as medidas de emergência em saúde pública de importância nacio-
nal e internacional, ou seja, as situações dispostas no Regulamento
Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212,
de 30 de janeiro de 2020;- a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saú-
de, que dispõe sobre a Declaração de Emergência em Saúde Pública de
Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana
pelo novo coronavírus (2019-nCoV), especialmente a obrigação de ar-
ticulação dos gestores do SUS como competência do Centro de Ope-
rações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV), e- a necessidade de adoção de ações coordenadas para enfrentamento
da Emergência em Saúde Pública de Importância Estadual e Interna-
cional, decorrente do "coronavírus";**DECRETA:****Art. 1º** - Este Decreto dispõe sobre medidas temporárias de preven-
ção ao contágio e de enfrentamento da Emergência em Saúde Pú-
blica de Importância Estadual e Internacional, decorrente do novo co-
ronavírus, (COVID-19), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.**Art. 2º** - Qualquer servidor público, empregado público ou contratado
por empresa que presta serviço para o Estado do Rio de Janeiro, que
apresentar febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de gargan-
ta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento
das asas nasais) passa a ser considerado um caso suspeito e deverá
adotar o protocolo de atendimento específico a ser informado por ato
infralegal a ser expedido pelo Secretário de Estado de Saúde em 48
(quarenta e oito horas), após a expedição do presente Decreto.**§1º** - Nas hipóteses do caput deste artigo, qualquer servidor público,
empregado público ou contratado por empresa que presta serviço pa-
ra o Estado do Rio de Janeiro, deverá entrar em contato com a Ad-
ministração Pública para informar a existência de sintomas.**§2º** - Os gestores dos contratos de prestação de serviços deverão no-
tificar as empresas contratadas quanto à responsabilidade destas em
adotar todos os meios necessários para conscientizar seus funcioná-
rios quanto aos riscos do COVID-19 e quanto à necessidade de re-
portarem a ocorrência de sintomas de febre ou sintomas respiratórios,
estando as empresas passíveis de responsabilização contratual em
caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública.**Art. 3º** - O servidor público deverá exercer suas funções laborais, pre-
ferencialmente, fora das instalações físicas do órgão de lotação, em
trabalho remoto - regime homeoffice -, desde que observada a natu-
reza da atividade, mediante a utilização de tecnologia de informação e
de comunicação disponíveis.**§1º** - A autoridade superior em cada caso deverá expedir ato de re-
gulamentação do trabalho remoto em atenção à manutenção da con-
tinuidade e essencialidade das atividades da Administração Pública.**§2º** - Poderá, ainda, a autoridade superior conceder antecipação de
férias ou flexibilização da jornada com efetiva compensação.**§3º** - As reuniões administrativas serão preferencialmente não presen-
ciais (virtuais) utilizando-se dos meios tecnológicos de informação e
de comunicação disponíveis.**Art. 4º** - De forma excepcional, com o único objetivo de resguardar o
interesse da coletividade na prevenção do contágio e no combate da
propagação do coronavírus, (COVID-19), determino a suspensão, pelo
prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes atividades:**I** - realização de eventos e atividades com a presença de público, ain-
da que previamente autorizadas, que envolvem aglomeração de pes-
soas, tais como: eventos desportivos, shows, feiras, eventos cientí-
ficos, comícios, passeatas e afins;**II** - atividades coletivas de cinema, teatro e afins;**III** - visitação às unidades prisionais, inclusive aquelas de natureza ín-
tima;**IV** - transporte de detentos para realização de audiências de qualquer
natureza, em cada caso, o Secretário de Estado de Administração Pen-
itenciária deverá apresentar justificativa ao órgão jurisdicional compe-
tente;**V** - visita a pacientes diagnosticados com o COVID-19, internados na
rede pública ou privada de saúde;**VI** - das aulas, sem prejuízo da manutenção do calendário recomen-dado pelo Ministério da Educação, nas unidades da rede pública e
privada de ensino, inclusive nas unidades de ensino superior, sendo
certo, que o Secretário de Estado de Educação e o Secretário de Es-
tado de Ciência, Tecnologia e Inovação deverão expedir em 48 (qua-
renta e oito horas) ato infralegal para regulamentar as medidas de
que tratam o presente Decreto;**VII** - o curso do prazo recursal nos processos administrativos perante
a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, bem como, o
acesso aos autos dos processos físicos.**Parágrafo Único** - A visita de advogados nos presídios do Estado do
Rio de Janeiro deverá ser ajustada pelo Secretário de Estado de Ad-
ministração Penitenciária para possibilitar o atendimento das medidas
do presente Decreto.**Art. 5º** - As Secretarias de Estado e os demais órgãos integrantes da
Administração Pública poderão expedir atos infralegais em conjunto
com a Secretaria de Estado de Saúde para regulamentar o presente
Decreto, nos limites de suas atribuições.**Art. 6º** - As pessoas jurídicas de direito privado que prestam serviços
à população em geral deverão observar as boas práticas fornecidas
pela Organização Mundial da Saúde.**Art. 7º** - Este Decreto entra em vigor a contar da sua publicação e
tem seu prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do
artigo 1º, bem como do artigo 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de
fevereiro de 2020.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2020

WILSON WITZEL
Governador

Id: 2243238

DECRETO Nº 46.971 DE 13 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE SOBRE A PROGRAMAÇÃO ORÇA-
MENTÁRIA E FINANCEIRA, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de
suas atribuições constitucionais,**CONSIDERANDO:**- que as sucessivas quedas no preço médio do barril do petróleo im-
pactam diretamente a receita do Estado do Rio de Janeiro com royalti-
es e participação especial;- a necessidade de observância do adequado planejamento das ações
do Governo do Estado do Rio de Janeiro no que tange a execução
orçamentária, em atenção as regras da Lei de Responsabilidade Fisco-
al e a necessidade de atender as exigências do Regime de Recu-
peração Fiscal;- a necessidade de assegurar recursos necessários para o enfrenta-
mento da emergência de saúde pública de importância internacional
decorrente do coronavírus (COVID-19);- que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido me-
diante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de
doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às
ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, con-
forme disciplina o artigo 196 da Constituição da República; e- o Princípio do Equilíbrio Orçamentário que determina adoção de
ajuste entre receita e despesa, para que não ocorra execução de des-
pesas acima da receita arrecada na Lei Orçamentária Anual;**DECRETA:****Art. 1º** - Fica determinado um novo contingenciamento, em caráter
emergencial, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três bilhões de reais), do
orçamento do Estado do Rio de Janeiro em decorrência da queda do
preço médio do barril do petróleo.**Parágrafo Único** - A Secretaria de Estado da Casa Civil e Gover-
nança por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e
Gestão - SUBPOG, deverá apresentar em 5 (cinco) dias, a compe-
tente proposta de distribuição do contingenciamento de que trata o
presente Decreto.**Art. 2º** - O contingenciamento determinado pelo presente Decreto,
não deverá recair sobre o orçamento da Secretaria de Estado de
Saúde e, em especial, sobre os programas de trabalho relacionados
ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância in-
ternacional decorrente do coronavírus (COVID-19).**Art. 3º** - A Secretaria de Estado de Fazenda deverá apresentar estu-
dio e nota de receita, capaz de demonstrar o impacto da queda do
preço médio do barril do petróleo nas finanças do Estado do Rio de
Janeiro.**Art. 4º** - A Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, em
conjunto com a Secretaria de Estado de Fazenda e a Secretaria de
Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Interna-
cionais deverão elaborar estudos contendo a indicação das medidas
de incremento necessárias para compensar eventual perda ocasiona-
da pela queda do preço médio do barril do petróleo.**Art. 5º** - Ficam as autoridades competentes autorizadas a adotar me-
didas excepcionais necessárias a racionalização de serviços, com vis-
tas à redução de despesas, sendo certo, que os serviços essenciais
deverão ser mantidos em atenção à continuidade e eficiência da Ad-
ministração Pública.**Art. 6º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2020

WILSON JOSÉ WITZEL
Governador do Estado

Id: 2243255

*DECRETO Nº 46.969 DE 12 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO GABINETE
DE CRISE PARA ENFRENTAMENTO DA
EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IM-
PORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE
DO CORONAVÍRUS, E DÁ OUTRAS PROVI-
DÊNCIAS.**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso das
atribuições constitucionais e legais,**CONSIDERANDO:**- que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido me-
diante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de
doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às
ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na for-
ma do artigo 196 da Constituição da República.